

é celebrado o presente aditamento aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo n.º 129/DDF/2011, n.º 130/DDF/2011 e n.º 131/DDF/2011 que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.ª**

**Objeto do contrato**

As participações financeiras a que se referem as Cláusulas 3.ª e 4.ª dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo n.º 129/DDF/2011, n.º 130/DDF/2011 e n.º 131/DDF/2011 são, para efeitos do presente aditamento, mantidas para o ano de 2012.

**Cláusula 2.ª**

**Duração do contrato**

O presente aditamento aos contratos-programa n.º 129/DDF/2011, n.º 130/DDF/2011 e n.º 131/DDF/2011 cessa com a celebração dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo para o ano de 2012, os quais devem ser celebrados até 31 de março de 2012, não podendo ter uma duração superior a três meses.

**Cláusula 3.ª**

**Participação financeira**

As participações financeiras a prestar pelo IDP, I. P., à Federação de Triatlo de Portugal, nos termos da cláusula 1.ª são atribuídas à Federação em regime de duodécimo, à razão de um duodécimo por mês.

**Cláusula 4.ª**

**Disposições transitória**

O disposto nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo n.º 129/DDF/2011, n.º 130/DDF/2011 e n.º 131/DDF/2011 aplica-se, com as necessárias adaptações, ao presente aditamento.

**Cláusula 5.ª**

**Reposição de quantias**

Caso as participações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante constantes nos contratos-programa celebrados com o IDP, I. P., em 2011 e ou em anos anteriores não tenham sido totalmente aplicadas na execução dos competentes Programas de Atividades, a Federação obriga-se a restituir ao IDP, I. P., os montantes não aplicados e já recebidos, podendo esses montantes ser deduzidos por retenção, pelo IDP, I. P., no presente contrato-programa, de acordo com o estabelecido no n.º 2, do artigo 30.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

**Cláusula 6.ª**

**Produção de efeitos**

O presente contrato produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

Assinado em Lisboa, em 31 de janeiro de 2012, em dois exemplares de igual valor.

31 de janeiro de 2012. — O Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — O Presidente da Federação de Triatlo de Portugal, *José Luís Moreira Ferreira*.

205688853

**Contrato n.º 113/2012**

**Contrato-programa de desenvolvimento desportivo  
n.º CP/36/DDF/2012**

Aditamento aos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º 90/DDF/2011, n.º 91/DDF/2011 e n.º 92/DDF/2011

**Desenvolvimento da Prática Desportiva — Enquadramento Técnico — Alto Rendimento e Seleções Nacionais**

Entre:

1 — O Instituto do Desporto de Portugal, I. P., pessoa coletiva de direito público, com sede na Avenida Infante Santo, n.º 76, 1399-032 Lisboa, NIPC 506626466, aqui representado por *Augusto Fontes Baganha*, na qualidade de Presidente, adiante designado como IDP, I. P., ou 1.º outorgante; e

2 — A Federação Portuguesa de Judo, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 49/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 288, de 11 de dezembro com sede na(o) Rua

do Quelhas, 32, 1200-781 Lisboa, NIPC 501515674, aqui representada por *Carlos Alberto Correia Andrade*, na qualidade de Presidente, adiante designada por Federação ou 2.º outorgante.

Considerando que:

a) Mediante os contratos-programa n.º 90/DDF/2011, n.º 91/DDF/2011 e n.º 92/DDF/2011, foram concedidas pelo IDP, I. P., participações financeiras à Federação Portuguesa de Judo para execução dos programas de desenvolvimento desportivo que a Federação apresentou e se propôs levar a efeito no decurso desse ano;

b) De acordo com o estabelecido no n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, pode o IDP, I. P., «outorgar com os beneficiários um aditamento ao contrato-programa celebrado para o ano findo, a fim de que sejam liquidadas, até à celebração de novo contrato-programa, as quantias mensais correspondentes ao duodécimo do ano anterior».

c) Pelo despacho de 20 de janeiro de 2012, do Senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude, foi autorizada com o 2.º outorgante a celebração de aditamento ao abrigo da disposição legal acima mencionada;

d) A contratualização dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo para 2012 com a Federação Portuguesa de Judo encontra-se ainda em preparação, estimando-se que a sua assinatura apenas ocorra no final do primeiro trimestre de 2012;

é celebrado o presente aditamento aos contratos-programa de desenvolvimento desportivo n.º 90/DDF/2011, n.º 91/DDF/2011 e n.º 92/DDF/2011 que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1.ª**

**Objeto do contrato**

As participações financeiras a que se referem as Cláusulas 3.ª e 4.ª dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo n.º 90/DDF/2011, n.º 91/DDF/2011 e n.º 92/DDF/2011 são, para efeitos do presente aditamento, mantidas para o ano de 2012.

**Cláusula 2.ª**

**Duração do contrato**

O presente aditamento aos contratos-programa n.º 90/DDF/2011, n.º 91/DDF/2011 e n.º 92/DDF/2011 cessa com a celebração dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo para o ano de 2012, os quais devem ser celebrados até 31 de março de 2012, não podendo ter uma duração superior a três meses.

**Cláusula 3.ª**

**Participação financeira**

As participações financeiras a prestar pelo IDP, I. P., à Federação Portuguesa de Judo, nos termos da cláusula 1.ª são atribuídas à Federação em regime de duodécimo, à razão de um duodécimo por mês.

**Cláusula 4.ª**

**Disposições transitória**

O disposto nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo n.º 90/DDF/2011, n.º 91/DDF/2011 e n.º 92/DDF/2011 aplica-se, com as necessárias adaptações, ao presente aditamento.

**Cláusula 5.ª**

**Reposição de quantias**

Caso as participações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante constantes nos contratos-programa celebrados com o IDP, I. P., em 2011 e ou em anos anteriores não tenham sido totalmente aplicadas na execução dos competentes Programas de Atividades, a Federação obriga-se a restituir ao IDP, I. P., os montantes não aplicados e já recebidos, podendo esses montantes ser deduzidos por retenção, pelo IDP, I. P., no presente contrato-programa, de acordo com o estabelecido no n.º 2, do artigo 30.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

**Cláusula 6.ª**

**Produção de efeitos**

O presente contrato produz efeitos desde 1 de janeiro de 2012.

Assinado em Lisboa, em 31 de janeiro de 2012, em dois exemplares de igual valor.

31 de janeiro de 2012. — O Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Judo, *Carlos Alberto Correia Andrade*.

205688901